

TCE cobra rigor sobre emendas parlamentares a prefeituras

TCE envia nota e reforça cumprimento de normas que regem emendas parlamentares

Por Moara Semeghini

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) emitiu um comunicado direcionado às administrações municipais paulistas para reforçar a necessidade de observância estrita das normas administrativas e legais que regem as emendas parlamentares. A orientação abrange todas as etapas do processo, desde a inclusão nos orçamentos anuais até a correta aplicação e execução dos recursos. As diretrizes constam no Comunicado GP nº 01/2026, publicado no último dia 12 de janeiro.

Segundo o órgão de controle, embora o monitoramento da destinação das emendas esteja em andamento desde 2023, o papel fiscalizador do Tribunal foi ampliado após decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF), que consolidaram a obrigação de transparência e controle sobre esses recursos, in-

dependentemente da esfera de origem ou da finalidade. Com base nesse novo cenário jurídico, o TCE informou que os prefeitos receberão orientações técnicas detalhadas por meio eletrônico, com o objetivo de uniformizar procedimentos e evitar falhas na tramitação das emendas.

Investigações

O posicionamento do TCE ocorre em meio a investigações conduzidas pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) envolvendo a destinação de emendas parlamentares impositivas em Campinas, especificamente na área da saúde. A apuração investiga um possível esquema de desvio de recursos públicos, conhecido como "rachadinho".

O procedimento foi instaurado pelo promotor de Justiça Daniel Zulian, em outubro de 2025, a partir de denúncia anônima apresentada por uma pessoa que



Santa Casa é administrada pela Irmandade Misericórdia de Campinas

se identificou como funcionária da Câmara Municipal. Segundo o relato, vereadores teriam indicado emendas à Irmandade de Misericórdia de Campinas, que é mantenedora da Santa Casa e do Hospital Irmãos Penteado, e em contrapartida, teriam recebido percentuais dos valores repassados, que variariam entre 10% e 20%. De acordo com o MP, a Irmandade recebeu cerca de R\$ 12 milhões em 2024 e aproximadamente R\$ 13 milhões em 2025 por meio de emendas impositivas apresentadas por vereadores de diferentes partidos, totalizando R\$ 25,6 milhões. A denúncia aponta que os valores seriam desproporcionais em comparação aos repasses feitos a outros hospitais conveniados ao SUS no município. O MP não cita nomes de parlamentares investigados.

Dados do Portal da Transparência da Câmara indicam que, apenas em 2025, ao menos 25 vereadores destinaram recursos

à Irmandade, com valores que variam de R\$ 50 mil a R\$ 1,6 milhão, voltados ao custeio de atendimentos e à melhoria da estrutura hospitalar.

Ao instaurar a Notícia de Fato, o promotor recomendou ao prefeito Dário Saadi e ao secretário municipal de Saúde, Lair Zambon, a suspensão, por prazo inicial de 30 dias, da execução das emendas parlamentares impositivas destinadas à Irmandade de Misericórdia de Campinas. Segundo a Prefeitura, à época, a orientação foi acatada como medida cautelar para permitir o aprofundamento das investigações, sem prejuízo da avaliação de situações emergenciais que pudessem comprometer o atendimento à população.

Em nota divulgada à época, a Câmara Municipal informou que as emendas impositivas passaram a valer a partir do Orçamento de 2023, conforme prevê a legislação, que autoriza os vereadores a

destinarem até 1,2% da Receita Corrente Líquida do município, com a exigência de que ao menos metade dos recursos seja aplicada na área da saúde. O Legislativo afirmou ainda que não foi formalmente notificado sobre a investigação e declarou não ter conhecimento de irregularidades na destinação das emendas.

Já a Irmandade de Misericórdia de Campinas declarou em outubro do último ano que não havia sido oficialmente comunicada sobre o procedimento instaurado pelo MP-SP e afirmou que permanece à disposição das autoridades para prestar os esclarecimentos necessários.

O caso de Campinas reforça o alerta feito pelo TCE sobre a necessidade de maior rigor, transparência e padronização na apresentação, tramitação e fiscalização de emendas parlamentares, diante do aumento de exigências legais e do fortalecimento dos mecanismos de controle.

Acelerador Sirius inaugura novo patamar da microscopia de raios X no Brasil

A Sapoti é uma das estações experimentais mais avançadas do acelerador de luz síncrotron Sirius, em Campinas, e representa um novo patamar da microscopia de raios X no Brasil. Instalada na linha de luz Carnaúba, a estação foi projetada para alcançar resoluções da ordem de 1 nanômetro (escala próxima ao nível atômico) em técnicas de imageamento e tomografia com raios X coe- rentes, colocando o país entre os poucos que dominam esse tipo de tecnologia no mundo.

A linha Carnaúba opera em uma ampla faixa de energia e permite a aplicação simultânea de diversas técnicas analíticas, como difração, espectroscopia, fluorescência e imageamento em duas e três dimensões. É a linha mais longa do Sirius e explora todo o

potencial de brilho e coerência de uma fonte de luz síncrotron de quarta geração.

A infraestrutura da Carnaúba abriga duas estações complementares. A Tarumã é voltada a experimentos em condições mais flexíveis, incluindo estudos com plantas vivas e amostras em ambiente aberto. Já a Sapoti opera em ultra-alto vácuo e também em condições criogênicas, o que garante maior estabilidade térmica e mecânica e, consequentemente, melhor resolução espacial — um requisito fundamental para expe- rimentos em escala nanométrica.

Desde sua concepção, iniciada em 2018, a Sapoti foi desenvolvida para superar limites tradicionais dos chamados nanoprobos, sistemas que focalizam raios X em pontos extremamente



Sapoti faz parte da linha de luz Carnaúba do Sirius

pequenos para mapear materiais com alta precisão. O feixe é focalizado por espelhos especiais do tipo Kirkpatrick-Baez, capazes de produzir raios X totalmente coerentes com dimensões entre 30 e 140 nanômetros. Esse tipo de óptica oferece maior eficiência e estabilidade, embora imponha desafios técnicos significativos, superados por soluções de engenharia de precisão desenvolvidas

no próprio Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS). Segundo o engenheiro físico Renan Geraldes, líder do grupo de Mecatrônica e Engenharia de Precisão do LNLS/CNPEN, a Sapoti exigiu a integração de múltiplos sistemas complexos, como óptica, criogenia, vácuo e posicionamento ultrafino de amostras. "Desde o início sabíamos que seria um dos projetos mais desafiadores do Sirius", afirma.

Um dos destaques da estação é o sistema de posicionamento da amostra, inspirado em tecnologias usadas na indústria de semicondutores. Ele permite deslocamentos tridimensionais com precisão de até 1 nanômetro ao longo de trajetórias de vários milímetros, algo inédito em estações desse tipo.